

A GUERRA DA ÁGUA

Alerta no Vale do Paraíba

Cedae e prefeitos do Estado do Rio criticam proposta do governo paulista de captar água do rio

MARCELO REMÍGIO
marcelo.remigio@oglobo.com.br
LUIZ ERNESTO MAGALHÃES
luiz.magalhaes@oglobo.com.br

Um dia depois de o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), pedir à presidente Dilma Rousseff autorização para captar água da bacia do Rio Paraíba do Sul, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio (Cedae) alertou para os riscos da proposta. De acordo com a área técnica da empresa, a captação no Rio Jaguari, um dos principais afluentes do Paraíba do Sul, provocaria reflexos no abastecimento de água de cidades do Sul e do Norte Fluminense, além de comprometer a irrigação de lavouras e aumentar a chamada língua salina, que já atinge a foz do rio, em São João da Barra.

A língua salina é o fenômeno natural de invasão da água do mar no curso do rio, que destrói as margens e aumenta a salinidade da água, impedindo o seu uso na agricultura. Na capital fluminense, a redução do volume d'água do Paraíba do Sul prejudicaria empresas de grande porte que fazem a captação direta do Rio Guandu. Entre elas estão a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), a siderúrgica Gerdau e a Termelétrica de Santa Cruz, todas na Zona Oeste do Rio.

A bacia do Rio Paraíba do Sul já abastece cerca de 15 milhões de pessoas, cerca de 8,5 milhões só na Região Metropolitana do Rio. Pela lei, em caso de crise no abastecimento de água, o fornecimento à população é prioritário. Como possui a outorga do uso da água, a Cedae detém a prioridade.

TRANSPosição SOCORRERIA CANTAREIRA
Em nota, o secretário do Ambiente do Estado do Rio, Indio da Costa, manifestou preocupação com a proposta. Segundo ele, estudos do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, ainda em elaboração, apontam que já há problemas para captação de água no período de estiagem: "A segurança hídrica do Estado do Rio é fortemente dependente da Bacia do Rio Paraíba do Sul, responsável pelo abastecimento de mais de 11 milhões de habitantes e pela sustentação de parcela expressiva da atividade econômica do estado."

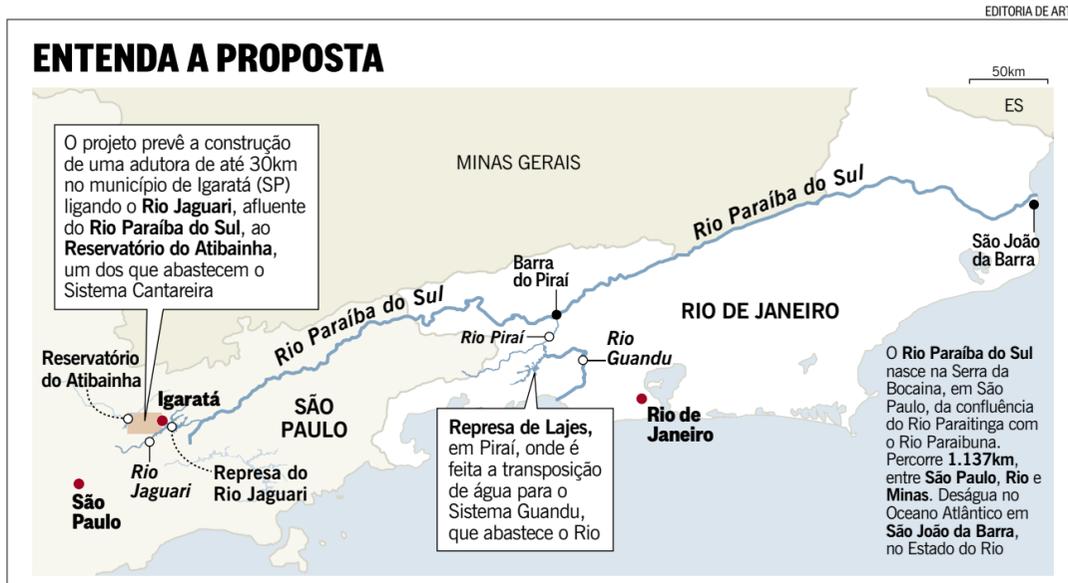
A proposta de Alckmin é fazer a transposição no Rio Jaguari, afluente do Paraíba do Sul, na cidade de Igaratá. Um canal seria construído para integrá-lo à Represa do Atibaína, do Sistema Cantareira, que abastece a Grande São Paulo. Essa adutora teria de 15 a 30 quilômetros. Pelo fato de o Paraíba do Sul ser um rio federal — passa por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro —, há a necessidade de aval da presidente à proposta.

A disputa entre Rio e São Paulo pela água do Paraíba do Sul se arrasta desde 2008, quando o governo paulista intensificou estudos para a transposição. Desde então, cidades do Sul e do Norte Fluminense se mobilizam para evitar a mudança. Em maio de 2010, uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio, reunindo representantes de municípios, governo do estado, Alerj, Igreja Católica e ambientalistas, terminou aprovando parecer contrário à proposta.

A maioria das cidades do Sul e do Norte



Paisagem de sertão. Barragem do Rio Jaguari, em Igaratá (SP), que abastece o Sistema Cantareira: o reservatório está quase seco



“É uma questão que não pode ser analisada pela esfera política. A decisão tem de ser técnica”

Antonio Francisco Neto
Prefeito de Volta Redonda

Fluminenses é abastecida por pequenos consórcios de água. As empresas têm no Paraíba do Sul sua principal fonte de captação. O anúncio do governador paulista provocou ontem reações. O prefeito de Volta Redonda, Antonio Francisco Neto (PMDB), mencionou a possibilidade de entrar na Justiça para tentar impedir a captação caso exista algum risco de o abastecimento do município ser prejudicado.

Para ele, a discussão deve permanecer na esfera técnica. De acordo com o prefeito, há pelo menos seis anos discute-se a possibilidade de os paulistas fazerem captação de água no Rio Paraíba do Sul. Mas técnicos da prefeitura são contrários.

— Essa é uma questão que não pode ser analisada pela esfera política. Qualquer que seja a decisão, ela tem de ser

técnica. No verão deste ano, em Volta Redonda, já tivemos problemas de abastecimento em alguns bairros — disse Neto.

A avaliação do prefeito de Barra do Pirai, Jorge Babo (PPS), é semelhante:

— A cidade não tem problema de abastecimento. Mas qualquer discussão sobre o assunto tem que ser técnica. É preciso levar em conta não apenas as necessidades, mas o futuro. Uma decisão só pode ser tomada se houver análise do impacto sobre o Sul Fluminense pelo menos até 2040.

Na avaliação do secretário Indio da Costa, mesmo que São Paulo construa reservatórios para aumentar a disponibilidade hídrica nas cabeceiras do Rio Paraíba do Sul, a captação adicional de água pelo estado vizinho pode levar a problemas de abastecimento, como temem os prefeitos,

Palavra de especialista

A VISÃO DE: Paulo Canedo, coordenador do Laboratório de Hidrologia da Coppe/UFRJ

'MITIGAR O PROBLEMA PODE SER POSSÍVEL'

Antes de decidir se concede ou não ao estado de São Paulo a concessão para bombear água dos reservatórios do Rio Paraíba do Sul, o governo federal deve, de acordo com Paulo Canedo, fazer uma análise para determinar se existe ainda volume de água que possa ser usado:

— Ao receber o pedido de outorga, mesmo que seja outorga emergencial, a Agência Nacional de Águas tem que calcular a água disponível. O pedido de São Paulo deve ser considerado, mas quem já tem contrato não pode ser prejudicado. Mitigar o problema pode ser possível. Se São Paulo precisar por dois meses, os municípios que já têm contratos podem fazer uma baita economia nesse período. E é razoável fazer um sacrifício para tirar SP da crise. Se for para sempre, talvez não dê.

Segundo o professor da UFRJ, a solução passa por uma negociação que precisa envolver os municípios:

— Pode ser que haja, por exemplo, uma cidade que pega água no Paraíba porque retirá-la de outro rio é mais caro. Nesse caso, pode-se trocar o rio se o governo federal e o governo paulista estiverem negociando. A cidade pode, por exemplo, ter um repasse para cobrir a despesa maior. Não há regra, o caminho é a negociação.

No entanto, ainda que haja uma solução, Canedo lembra que, se os municípios tiverem que economizar, isso será repassado ao consumidor. Além disso, a vazão do rio pode diminuir, dependendo do local de onde a água for coletada, e danos ecológicos, reduzindo assim a qualidade da água, podem ocorrer.

— Quase posso garantir prejuízos ambientais. Mas entre os paulistas passarem necessidade hídrica e o rio temporariamente ter qualidade pior... Essa discussão vai mostrar a ineficiência dos setores de saneamento do Rio e de SP. O assunto não é novo. SP não pega água do Tietê por conta da poluição. Se ela fosse reduzida, pegaria lá mesmo — diz Canedo.

em especial durante o período de seca, quando não é possível contar com a capacidade máxima dos reservatórios.

Em Campos dos Goytacazes, no Norte, a falta de chuva no Sudeste reflete na calha do Paraíba do Sul. O rio apresenta, no momento, trechos com o nível de água bem abaixo do normal. No Centro, há partes assoreadas, e pequenas ilhas se formaram. Há reflexos também em cidades mineiras.

O Paraíba do Sul é o principal afluente do Guandu, que abastece Rio, Baixada Fluminense e parte da Região Metropolitana. Segundo a Cedae, nessas áreas o fornecimento de água não seria comprometido, em função de o sistema receber a água do lago da hidrelétrica de Ribeirão das Lajes, em Pirai, formado por cinco rios, sendo o Paraíba do Sul o principal. ●

Até municípios paulistas reclamam de plano apresentado por Alckmin

Prefeitos do Vale do Paraíba vão se reunir para discutir ofensiva contra a proposta

TATIANA FARAH
tatiana.farah@sp.oglobo.com.br

-SÃO PAULO- A decisão do governador Geraldo Alckmin de pedir à Agência Nacional de Águas (ANA) autorização para bombear água dos reservatórios do Rio Paraíba do Sul surpreendeu as autoridades de municípios da região, que prometem reagir contra a medida. Alckmin falou com a presidente Dilma Rousseff sem alertar as prefeituras e comissões que lidam com as bacias do rio. Líder do movimento suprapar-

tidário de defesa do Paraíba do Sul, a vereadora Renata Paiva (DEM), de São José dos Campos (SP), ficou revoltada com a notícia e afirmou que as entidades convocaram reuniões de emergência para tentar barrar o projeto. O presidente do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (Codivap), Vito Arditto Lerário, confirmou que prefeitos da região se reúnem amanhã para tratar do assunto.

— O governador passou por cima de líderes da região. Vamos realizar uma grande ofensiva, porque essa é uma decisão que pode agravar a qualidade da nossa água e comprometer o pacto federativo firmado desde os anos 50 com o Rio de Janeiro. O Paraíba do Sul é praticamente a única fonte de água do Rio.

Depois que condenar a região, vamos buscar água onde? — disse Renata Paiva.

A vereadora lembrou que o reservatório de Jaguari, em Igaratá (SP), de onde a água seria bombeada para o Sistema Cantareira, está operando com menos de 40% de sua capacidade, segundo a ANA. As bacias do Paraíba do Sul envolvem 39 municípios do Vale do Paraíba, além de cidades de Minas e do Rio.

— O reservatório está baixando 10% ao mês. Imagine como estará em outubro. Por que São Paulo e Rio não fazem um acordo para buscar água no Vale do Ribeira, onde podem garantir o abastecimento por mais de cem anos? — perguntou a vereadora.

Prefeito de Pindamonhangaba, cidade onde Alckmin nasceu

“Vamos fazer uma grande ofensiva, porque essa é uma decisão que pode agravar a qualidade da nossa água e comprometer o pacto federativo firmado desde os anos 50 com o Rio”

Renata Paiva, vereadora

Do movimento suprapartidário de defesa do Rio Paraíba do Sul

e cresceu, Vito Lerário (PSDB) tentou amenizar a tensão.

— A gente é cristão. Momentaneamente, teria de ajudar o irmão que está sem água — disse ele, referindo-se aos moradores da Grande São Paulo.

Presidente do Codivap, Lerário lembrou, no entanto, que o bombeamento de água não resolveria o problema imediato de falta de água na capital paulista. Isso porque a obra demoraria mais de um ano e meio.

— Mesmo que quiséssemos, não conseguiríamos fazer uma adutora para ajudar São Paulo rapidamente. Eu sou a favor de ajudar, mas é preciso explicar tudo o que será feito, qual o volume de água que será retirado, e ver como ficará a situação do Rio. Sobre o Codivap e o Conse-

lho das Bacias do Paraíba não terem sido avisados por Alckmin, Lerário não reclamou:

— Ele não nos avisou porque o rio é federal, e quem manda no assunto é Brasília.

Líder do PT na Assembleia Legislativa de SP, o deputado Luiz Claudio Marcolino criticou o projeto de Alckmin:

— Alckmin está transferindo responsabilidades para o governo federal. O maior problema é que, nos últimos 20 anos, não houve investimento necessário. Há projetos de construção de represas e de estruturação do processo de distribuição que não foram realizados. Boa parte das águas de chuva de São Paulo vai para a Região Sul, para Itaipu, porque não há um bom sistema de represamento. ●